

**ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.**

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 9h 15min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 50ª Reunião Extraordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 70, que aprova a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Direita do Alto Teles Pires; Apreciação da Minuta de Resolução nº 71, que aprova a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal; Apresentação da Sra. Debora Calheiros sobre a Problemática da Proliferação da Instalação de Hidroelétricas no Pantanal; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Monteiro, representante da SES; Sra. Margarida Marchetto, representante da UFMT; Sr. Jair de Freitas, representante do DNPM; Sra. Susan Lannes de Andrade, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante dos Comitês; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdala, representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA; Sr. Fábio de Castro e Souza, representante da ALTO JAURU ENERGETICA; Sr. Ricardo Bonara, representante da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sr. André Luiz Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Nívea Patrícia Nunes Nascimento, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Pedro Geraldo Siviero, representante da GUARANTÃ ENERGIA; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que informou aos conselheiros que o Sr. Ilson Sanches, Presidente do CEHIDRO em Substituição, encontrava-se a caminho da reunião e solicitou que a mesma fosse iniciada, que chegaria no decorrer da mesma. Em seguida, o Secretário Executivo colocou em apreciação a Ata da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada. Dando continuidade à pauta, o Secretário Executivo iniciou os informes colocando aos

35 conselheiros que o Grupo de Trabalho de Enquadramento fez uma reunião e definiu que a
36 SEMA deverá apresentar metas intermediárias para serem colocadas nas Minutas de
37 Resoluções, ficando acordado que a próxima reunião do mesmo para a apresentação
38 destas metas ocorrerá após o dia quinze de agosto, para que a SEMA possa realizar os
39 cálculos necessários. Em seguida informou que ocorrerá hoje no período da tarde no
40 auditório de AMM uma apresentação organizada pela WWF sobre saneamento ambiental
41 solicitada pelo Pacto pelas Cabeceiras do rio Paraguai, onde diversos especialistas irão
42 apresentar temas voltados ao saneamento, inclusive como elaborar projetos, destacando
43 que é voltado para os municípios do Pacto porem aberto à todos os interessados.
44 Informou aos conselheiros ainda que no dia 10 e 11 de julho ocorrerá uma reunião com o
45 Superintendente da ANA e técnicos da SEMA, para a avaliação da operação da Sala de
46 Situação e no dia 24 de julho ocorrerá outra reunião de técnicos da SEMA com
47 representantes da ANA, desta vez para tratar do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do
48 Paraguai, tendo como principal objetivo apresentar a proposta de elaboração do mesmo e
49 fechar a parceria das instituições, ponderando ainda que no dia 25 de julho a mesma
50 equipe estará no IMASUL, no estado de Mato Grosso do Sul, com o mesmo objetivo.
51 Dando continuidade aos informes o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que no
52 dia 14 de agosto será dada a posse aos membros eleitos do Comitê de Bacia Hidrográfica
53 do São Lourenço, em local a ser confirmado, ponderando que a posse aos membros dos
54 Comitês é dada por representante do CEHIDRO, normalmente o Presidente ou o
55 Secretario Executivo. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que fosse encaminhado
56 aos conselheiros os integrantes dos comitês já instituídos e o andamento dos demais
57 comitês, para manter os conselheiros atualizados, ao que o Secretario executivo colocou
58 que será feito o levantamento e enviado por email. Dando continuidade à pauta, o
59 Secretario Executivo colocou em apreciação da Minuta de Resolução nº 70, que aprova a
60 proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Direita do
61 Alto Teles Pires, ponderando que a mesma já foi apreciada e aprovada na Câmara
62 Técnica de Gestão participativa antes de ser encaminhada à plenária, e questionando se
63 algum conselheiro teria algum questionamento ou colocação à fazer. Ninguém se
64 manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Minuta de Resolução nº 70,
65 que aprova a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da
66 Margem Direita do Alto Teles Pires, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o
67 Secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta de Resolução nº 71, que aprova a
68 proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, destacando que

69 passou pelo mesmo tramite da Minuta anterior. Ninguém se manifestando o Secretário
70 Executivo colocou em votação a Minuta de Resolução nº 71, que aprova a proposta de
71 criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, a qual foi aprovada por
72 unanimidade. Em seguida, o Secretario Executivo passou ao próximo item da pauta,
73 Passando a palavra à Dra. Débora Calheiros, professora em substituição da UFMT e
74 pesquisadora da Embrapa Pantanal, para que fizesse uma apresentação sobre
75 Problemática da Proliferação da Instalação de Hidroelétricas no Pantanal. A Dra. Débora
76 Calheiros iniciou a sua apresentação colocando que o Pantanal é um Patrimônio Nacional
77 segundo a Constituição Federal de 1988, Patrimônio da Humanidade e Reserva da
78 Biosfera pela UNESCO desde 2000, e ainda uma das maiores áreas úmidas do planeta,
79 sendo assim protegida pela Convenção Ramsar - Conservação de Áreas Úmidas de
80 Importância Internacional e encontra-se atualmente em um nível crítico de conservação.
81 Apresentou as características do bioma Pantanal na época de cheia e na época de seca,
82 incluindo-se mapas com as áreas de inundação, áreas de recargas dos aquíferos, zonas
83 de pluviosidade e altimetria da região, destacando que tudo que é feito no planalto reflete
84 na planície por ser o local de origem da água do pulso de inundação e assim não é
85 possível se fazer uma gestão diferenciada destes, ponderando que hoje se tem oitenta
86 por cento do planalto desmatado. Destacou ainda que o pantanal recebe a água do pulso
87 e a drena lentamente, sendo uma importante hidrovia conhecida como Paraguai-Paraná,
88 em suas condições naturais. Colocou aos conselheiros que um dos principais erros da
89 chamada “lei do pantanal”, proposta pelo Senador Blairo Maggi, é fazer a separação do
90 planalto da planície, uma vez que a planície depende das nascentes dos rios, que se
91 encontram no planalto. Apresentou a base legal para a preservação do pantanal,
92 destacando que deve ocorrer o uso múltiplo das águas, porem na bacia do Paraguai tem
93 se observado que a geração de energia tem monopolizado o uso dos recursos hídricos.
94 Ponderou ainda que deve se assegurar a qualidade das águas compatível com seu uso
95 mais restritivo, colocando que sob o seu ponto de vista o uso mais restritivo é a pesca,
96 pois para se manter de forma sustentável a pesca profissional e turística é necessário se
97 manter o ecossistema equilibrado. Apresentou em seguida aos conselheiros mapas de
98 uso e ocupação do solo no pantanal integrando informações do planalto e da planície,
99 destacando que é um dos ecossistemas mais preservados do país. Colocou que durante
100 o VIII INTECOL – Conferência Internacional de Áreas Úmidas que ocorreu em Cuiabá em
101 2008 foi apresentado o Documento da Embrapa “Influencias das Usinas Hidrelétricas no
102 Funcionamento Hidro-Ecológico do Pantanal Mato-Grossense – Recomendações” para

diversos órgãos, o qual pondera que já se tem instalado setenta por cento da capacidade de geração de energia elétrica na região e outras hidroelétricas em estudo, destacando que este é um nível alto de implantação o qual pode interferir no ecossistema e levar a um colapso como ocorreu na bacia do Paraná. Apresentou aos conselheiros mapas com as usinas em operação, planejadas e em estudo no ano de 2008, destacando que a PCH é considerada energia limpa em relação à emissão de gases, porem em relação ao ecossistema aquático não pode ser assim considerada, principalmente quando se tem diversas instaladas no mesmo rio e que possuem um impacto equivalente à de uma UHE. Ponderou ainda que esta é uma preocupação internacional, pois a Comissão Ramsar já encaminhou um ofício as autoridades brasileiras questionando o que esta ocorrendo no pantanal e solicitando providencias, pois o Brasil como signatário da Convenção é obrigado a preservar as áreas úmidas. Encerrou agradecendo o espaço e abrindo para questionamentos. O Sr. Eduardo, representante da AMPER, colocou que sempre que se fala de impacto se deve contextualizar, destacando que o CEHIDRO não pode legislar sobre estados vizinhos ou países, visto que é um conselho estadual. Ponderou ainda que as usinas em geral são despachadas pela ONS, de acordo com a demanda de energia o que ocorre de forma automatizada, ficando as mesmas desta forma reféns do sistema e não tem do poder de decisão como é entendimento geral. Colocou ainda que quando se tem um rio onde existem vários empreendimentos energéticos em estudo, muitos destes não sairão do papel por serem onerosos ou muito impactantes, questionando a Dra. Débora Calheiros qual o seu posicionamento quanto à suprir a demanda existente caso não se utilize a capacidade restante no pantanal. A Dra. Débora Calheiros respondeu que temos que ter energia, mas também temos a obrigação de conservar o pantanal, ponderando que infelizmente o setor energético não tem noção do limite de utilização para que isto ocorra sem causar degradação, ponderando que este limite já foi atingido no pantanal para manter também os processos ecológicos deste, inclusive a produção pesqueira. O conselheiro Fábio Souza colocou que atua na área de energia elétrica há trinta anos e que concorda com o que esta ocorrendo no pantanal, porem não concorda em colocar o setor de geração de energia elétrica como causador destes danos, uma vez que o impacto das PCHs ainda não foi determinado, ponderando ainda que a maioria dos geradores no pantanal é de PCHs, somente duas são UHE e vinculadas ao sistema da ONS, destacando ainda que as PCHs em questão são no modelo “fio d’água” e desta forma não causam danos ao pulso de inundação. Colocou ainda que existe um estudo do professor Pierre que mostra um padrão decrescente nas curvas dos pulsos de inundação,

137 que ocorre anteriormente à instalação de PCHs no pantanal e se mantém sem alteração
138 após esta instalação. Ponderou ainda que em relação ao assoreamento, as voçorocas
139 ocorrem na região do planalto e são causadas por uma política de agricultura e uso do
140 solo equivocadas, destacando que as usinas sofrem com o assoreamento por causarem
141 danos ao maquinário e diminuição do volume útil do reservatório e não são os agentes
142 causadores do mesmo. Colocou aos conselheiros que em Tangará da Serra foi falado que
143 os empreendedores proibiram o uso dos reservatórios para outras atividades, porem os
144 mesmos são usuários outorgados e assim possuem responsabilidades com a qualidade
145 da água e outros, se a SEMA autorizar outros usos no reservatório e dividir as
146 responsabilidades com os demais usuários, não haverá nenhum impedimento por parte
147 dos empreendedores, porem deve ser autorizado pelo órgão competente. A Dra. Débora
148 Calheiros colocou que existem estudos que comprovam que o barramento diminui a
149 produção pesqueira e não existem rotas alternativas neste caso, ponderando que deve
150 ser feito o licenciamento se observando a bacia como um todo, verificar o que esta
151 instalado e o que pode ser feito para melhorar, devendo ser pensado também no que
152 encontra-se em estudo para viabilizar os demais usos, inclusive o da hidrovia. Destacou
153 que o Plano do Paraguai é um instrumento previsto em legislação para normatizar isto,
154 ponderando ainda que uma PCH a fio d'água pode não causar problema, mas diversas
155 em sequencia em um corpo hídrico causam danos, alterando ate mesmo o potencial
156 químico de assoreamento, que em algumas situações pode mesmo superar o
157 assoreamento físico. O conselheiro José Roberto colocou que hoje temos a ciência
158 demonstrando o que esta acontecendo e o setor produtivo defendendo sua atividade,
159 ponderando que cabe ao órgão público resolver a questão, compatibilizando a demanda
160 dos dois setores, destacando que a legislação existe para ser aplicada e estamos
161 evoluindo na mesma. O Sr. Armando Oliveira colocou que viveu toda sua vida no pantanal
162 e que a colocação de que os peixes estão acabando não é real, existem diversos fatores
163 que afetam na disponibilidade dos mesmos, inclusive a permissão ou não da caçada dos
164 jacarés, o que aumenta a disponibilidade dos peixes por combater seu predador. O Sr.
165 Itamar colocou que a flutuação de nível colocada pela Dra. Débora não existe pois a
166 liberação da água é calculada de acordo com o pulso de inundação, destacando ainda
167 que em muitos casos a qualidade da água após passar pela geradora de energia é
168 superior à que entrou no sistema, ponderando ainda que existem somente pequenos
169 trechos sem peixe, de forma que não entende os argumentos de que as usinas causam
170 danos ao Pantanal. A Dra. Débora Calheiros colocou que o professor Jung é um

171 especialista em planície de inundação e no documento “Influências das Usinas
172 Hidrelétricas no Funcionamento Hidro-Ecológico do Pantanal Mato-Grossense –
173 Recomendações” coloca que o limite a ser aproveitado para a geração de energia no
174 pantanal é de setenta por cento, o qual já foi atingido. A conselheira Susan Lannes
175 colocou que o Plano de Recursos Hídricos tem importância fundamental para a gestão
176 ambiental da bacia, devendo ser esta a questão destacada aqui no CEHIDRO,
177 ponderando ainda que no Plano existirão ações e metas para melhorar a situação e todos
178 poderão usufruir das mesmas. A conselheira Telma Monteiro frisou que o Plano é
179 fundamental no planejamento e sugeriu que o conselheiro Fábio Souza apresente o
180 estudo do professor Pierre a que se referiu, assim como outros dados que foram
181 apresentados à Assembleia Legislativa, de forma a atualizar a academia, ponderando
182 ainda que seria interessante a produção conjunta de dados que atendessem aos dois
183 setores. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a questão da Ação Civil Pública foi
184 uma questão jurídica por não existir no ordenamento jurídico o instrumento de Avaliação
185 Ambiental Estratégica, ponderando que mesmo que este existisse deveriam ser
186 analisados diversos setores da economia, e desta forma deveria ser elaborado pelo poder
187 público pela sua amplitude, e não por um setor específico. Ponderou ainda que o Plano de
188 Recursos Hídricos irá permitir que se tenha uma medida para autorizar ou não o
189 aproveitamento hidrelétrico, por estar melhorando a questão ambiental da região ou
190 diminuindo o impacto de outro uso, como a agricultura por exemplo. A Dra. Débora
191 Calheiros colocou que já foi feita uma Avaliação Ambiental Estratégica em relação ao
192 carvão natural, mesmo não existindo este instrumento, entretanto buscando-se a solução
193 do impasse com a Ministra se definiu que o Plano de Recursos Hídricos é a melhor
194 solução, ponderando ainda que em relação ao setor energético, o barramento causa um
195 impacto profundo no rio e já existe um aproveitamento elevado, devemos pensar também
196 em outros usos que dependem da ecologia para a geração de emprego e renda, como a
197 pesca e pecuária tradicional. O Secretario Executivo agradeceu as colocações da Dra.
198 Débora, destacando que as mesmas serão importantes na construção do plano de
199 Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai, frisando que o mesmo será referendado no
200 CEHIDRO. O conselheiro Jesse Rodrigues colocou que quando se discute um tema
201 técnico é importante se ouvir todos os lados envolvidos, destacando que mais destas
202 discussões devem ser trazidas ao Conselho. Colocou ainda que no dia 12 de julho se
203 comemora o dia do Engenheiro Florestal e no dia 13 de Julho o dia do Engenheiro
204 Sanitarista, técnicos que auxiliam na gestão ambiental e devem ser parabenizados. A

conselheira Alessandra Panizi sugeriu que as apresentações fossem enviadas com antecedência aos conselheiros, juntamente com a convocação da reunião, o que foi aprovado pelos conselheiros, com a ressalva feita pela Secretaria do CEHIDRO que caso a apresentação a ser enviada tenha tamanho superior ao permitido para envio por email, a mesma será disponibilizada na página do CEHIDRO, dentro da aba apresentações, e que isto seria informado no email de convocação. O Presidente em Substituição colocou que a dificuldade da SEMA como gestor é estabelecer a política ambiental, ponderando que o setor elétrico tem sido penalizado por se atribuírem todas as culpas à este, ponderando ser fundamental se definir os impactos e determinar assim a culpa de cada setor pelo dano causado. Destacou que o foco não é achar culpados, mas definir políticas que nos levarão à proteção do meio ambiente e para isto é necessário se ouvir os dois lados da questão, sem preposições ideológicas que impeçam a correta tomada de decisões, as quais devem ser sempre harmônicas. Nada mais havendo a declarar o Presidente em Substituição encerrou a reunião às 11h 21min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ILSON FERNANDES SANCHES

Presidente do CEHIDRO
em substituição

NÉDIO CARLOS PINHEIRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 12/09/2014.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*